

Encontro de Ministros da Economia e Finanças dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – União Europeia (UE)

(Santiago de Compostela, 15 de setembro de 2023)

Minuta de Discursos da Ministra do Planejamento e Orçamento

SESSÃO II - ESTADO ATUAL DA REDE DE SEGURANÇA FINANCEIRA GLOBAL

Senhoras e senhores,

Em dezembro deste ano, o Brasil assumirá a presidência do G-20. E uma de nossas principais preocupações será como modernizar a arquitetura financeira internacional.

No atual contexto de recuperação econômica pós-pandemia, essa reforma é urgente. Apesar das tentativas na esteira da crise de 2008, pouco ou nada mudou.

O Brasil tem defendido uma reforma verdadeiramente transformadora dessas instituições, com maior participação dos países em desenvolvimento nas estruturas de representação e de governança de organismos como o FMI e o Banco Mundial.

Entendemos também que a nova governança financeira precisa estar a serviço da produção, do trabalho e do emprego. É preciso simplificar os procedimentos, ampliar o acesso a empréstimos concessionais e promover políticas públicas de desenvolvimento. É fundamental, ainda, assegurar que as instituições que estão no centro da rede de segurança financeira global tenham recursos para cumprir sua missão.

Os nossos esforços devem estar direcionados à eliminação da fome, à redução da pobreza e da desigualdade, bem como ao cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável. E não podemos esquecer dos desafios globais associados à transição energética.

Por isso, defendemos que os países ricos cumpram seus compromissos: destinar 0,7% do PIB para ajuda ao desenvolvimento e mobilizar pelo

menos US\$ 100 bilhões por ano em recursos novos, adicionais e previsíveis para o combate à mudança do clima em países em desenvolvimento.

Senhoras e senhores,

Outro desafio que precisa ser superado são as dívidas dos países em desenvolvimento. O ciclo recente de elevação acelerada das taxas de juros internacionais, conjugado a um crescimento reduzido nos últimos anos, resultou em elevação do endividamento dos países do Sul.

Sem acesso a largo financiamento concessional e diante de choques exógenos extremos, como a pandemia e o encarecimento do preço dos alimentos, os níveis de pobreza e desigualdade aumentaram.

No contexto da pandemia, o G20 conseguiu criar um mecanismo novo de negociação da dívida de países de baixa renda. Já vemos que esse mecanismo está dando resultados, como nos casos do Chad e da Zâmbia, mas ainda é pouco. Segundo dados do próprio FMI, mais de metade dos países de baixa renda apresentam dívidas insustentáveis ou em alto risco.

A situação de insustentabilidade da dívida também afeta alguns países de renda média, inclusive na América Latina e no Caribe. Esses países também necessitam de mais financiamentos, de prazo mais longo e com custos financeiros que não agravem mais a armadilha do endividamento.

Por fim, a cooperação internacional em matéria tributária também tem o poder de proporcionar a mobilização doméstica de recursos nos países que mais necessitam, de incrementar o fluxo global de investimentos, de favorecer a inclusão social e de promover o desenvolvimento sustentável.

Temos certeza de que haverá espaço para convergências com a União Europeia em muitas das agendas que são importantes para a América Latina e o Caribe.

Muito obrigada.